

OS PRIMEIROS SINAIS DA NOVA GESTÃO FEDERAL PARA A INFRAESTRUTURA

Por Marcos Paulo Campos Ferreira da Costa

Advogado. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Os cientistas políticos concordam que os cem primeiros dias de um governo recém-empossado é o período em que este dispõe de maior força parlamentar, bem como de apoio da opinião pública.

Há pouco mais de um mês, Jair Bolsonaro foi empossado na Presidência da República. Os discursos de posse, lidos no Congresso Nacional e no Palácio do Planalto, mencionam, brevemente, o problema da infraestrutura brasileira. Contudo, o que efetivamente ocorreu nesse setor nos últimos 30 dias? E o que tais fatos indicam para o futuro do desenvolvimento da infraestrutura nacional?

De início, cabe dizer que algumas das rotas para o setor da infraestrutura em 2019 já estavam traçadas. Isso, pois, a nova gestão decidiu manter o PPI, o Programa de Parcerias de Investimentos. Criado ainda na gestão de Michel Temer, o PPI transformou-se em um órgão técnico de assessoria ao Presidente da República com o foco na viabilização de projetos de infraestrutura, com vistas às destravar os investimentos no setor.

Dispondo de uma equipe qualificada, o PPI entregou à nova administração diversos projetos, que devem ser postos à disputa em breve.

As expectativas giram em torno do mês de março de 2019, quando devem ser licitados 12 aeroportos, divididos em três blocos regionais (Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste). Para tais projeto a previsão é de que o valor mínimo de arremate seja R\$ 219 milhões e a outorga ao longo da concessão na casa dos de R\$ 2,1 bilhões, tudo isso num prazo de 30 anos.

Além disso, nesse mesmo mês, quatro terminais portuários devem ser concedidos, sendo que três deles localizam-se em Cabedelo-PB, e um, em Vitória-ES. Todos eles, pelo prazo de 25 anos.

Fechando a lista de projetos que vão à praça no próximo mês de março, tem-se o leilão da Ferrovia Norte-Sul (FNS). O trecho a ser licitado tem 1.537 km – de Porto Nacional-TO até Estrela D'Oeste-SP – e o prazo dessa concessão será de trinta anos, sem prorrogação. A outorga mínima é de R\$ 1.353 bilhões, sendo que 5% deve ser pago à vista e, o restante, em 120 parcelas trimestrais.

Tais medidas encontram-se, inclusive, na agenda de metas nacionais prioritárias para os cem primeiros dias da nova gestão federal, divulgada no último dia 23 de janeiro.

As primeiras constatações no campo da infraestrutura levam a crer que os modais logísticos terão protagonismo nessa primeira fase do governo. O transporte ferroviário, aliás, será um dos focos, aparentemente, da atuação do recém-criado Ministério da Infraestrutura, que surge a partir do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

No dia 19 de janeiro, o Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, informou que, além da concessão da FNS, o Governo Federal pretende levar a cabo, até 2020, o leilão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), com 537 km de extensão, interligando Caetité ao Porto de Ilhéus, ambos na Bahia, bem como da Ferrogrão, ligando Sinop-MT, ao Porto de Miritituba-PA, totalizando 933 km de vias.

Diante dos enormes prejuízos causados pela Greve dos Caminhoneiros, em maio de 2018, como resultado da ausência de alternativas para o escoamento da produção econômica brasileira, que hoje transita, majoritariamente, por meio de rodovias, a nova Administração joga luz sobre a infraestrutura ferroviária, como solução para este problema, sem descuidar, no entanto, de outros setores.

Como decorrência dessa nova política, que busca integrar o planejamento da infraestrutura de logística e transportes, de maneira coesa e racional, o Decreto nº 9.660/19, passou a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), da alçada da Presidência da República, para a do Ministério da Infraestrutura.

O Ministro Tarcísio, em seu discurso de posse, ressaltou que a EPL será uma das principais apoiadoras na modelagem dos projetos de desestatização da infraestrutura de transportes, resultando, inclusive, na criação de uma diretoria de estruturação de projetos, dentro da estatal.

Em pouco mais de 30 dias, o novo governo dá indícios de que a infraestrutura será uma das protagonistas dos próximos quatro anos, com foco na desestatização e no aumento da participação do setor privado na área de logística e transportes, mantendo o Estado como um ente que planeja e viabiliza a execução de estudos, para tirar do papel tais projetos.